
AS CONDIÇÕES PARA SE VIVER E A QUALIDADE DE VIDA DOS PESCADORES DO PEREQUÊ/GUARUJÁ, SÃO PAULO, BRASIL: UMA ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA

Ingrid Cabral Machado e Nátali Isabela Pierin Piccolo

RESUMO

O emprego da qualidade de vida nos estudos sobre sustentabilidade pesqueira vem se mostrando uma promissora abordagem e o uso de indicadores possibilita a análise integrada, permitindo a inclusão aspectos subjetivos. Os indicadores Índice de Qualidade das Condições para se Viver (IQCV) e Índice de Qualidade de Vida (IQV) proporcionam uma adequada análise da proximidade ou distanciamento entre a visão de técnicos e dos próprios pescadores sobre a sua qualidade de vida e permitem a avaliação das políticas públicas destinadas ao setor. Estes indicadores, que vêm sendo aplicados na agricultura e maricultura nas dimensões ambiental, social e econômica estão sendo testados na pesca de pequena escala, acrescidos da dimensão de governança. A qualidade de vida na comunidade pesqueira de Perequê, no litoral cen-

tral de São Paulo, Brasil, foi estudada por meio dos indicadores IQV e IQCV. Foram utilizadas entrevistas estruturadas e abertas e observação direta da realidade da pesca local. As dimensões ambiental e governança receberam as piores pontuações, tanto na avaliação dos membros da comunidade, quanto do técnico. A dimensão econômica foi bem pontuada por ambos, mas a dimensão social foi melhor pontuada pelos pescadores, demonstrando o valor das conexões sociais locais. O pequeno distanciamento entre IQV e IQCV revela a proximidade entre as duas visões sobre o que é prioritário no investimento de políticas públicas no local. Os resultados foram comparados com outros índices de qualidade de vida, o IDHm e o índice de GINI, revelando o bom desempenho do método utilizado.

Introdução

A pesca de pequena escala é fundamental como geradora de renda e ocupação de mão-de-obra em todo o mundo, sendo responsável pela manutenção de milhares de famílias. Béné *et al.* (2010), citados em Britton e Coulthard (2013) afirmaram a importância da pesca de pequena escala no bem-estar social nos países pobres, pela redução das vulnerabilidades, incremento à segurança alimentar, renda e direitos sociais.

Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), do antigo Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, existem mais de um milhão de

pescadores e pescadoras artesanais, responsáveis por cerca de 45% da produção pesqueira no país (MPA, 2012).

Pescadores artesanais apresentam, pela lida diária com a natureza e seus ciclos, profunda familiaridade com o ambiente e um conhecimento refinado dos recursos que exploram, o qual é de grande utilidade nas propostas de gestão pesqueira (Berkes *et al.*, 2000; Thé e Nordi, 2006; Silvano e Begossi, 2012). Este repositório de informações vai além da prática da atividade em si; evoca um saber que se repassa dentro e entre gerações e um acervo cultural que faz da pesca artesanal um modo de vida.

As evidências de sobreexploração dos recursos pesqueiros em todo o mundo e dos impactos à produtividade já são conhecidas e afetam mais duramente os pequenos pescadores: aqueles que convivem com condições socioeconômicas precárias e que estão menos providos de ativos sociais para conseguirem alternativas para sua subsistência.

A preocupação com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros remete à questão da sustentabilidade e da reprodução do modo de vida do pescador artesanal como sujeito social e cultural, provedor de alimentos de alto valor nutricional. Neste contexto, o estudo de suas condições e satisfação

na vida torna-se matéria de grande importância.

Os desafios impostos aos pescadores de pequena escala dependentes dessa atividade de baixo lucro os incitam a buscar alternativas estimulando à adaptação, distanciando-os de boas condições de viver e facilitando a desarticulação do modo de vida tradicional, podendo afetar a sua resiliência (Coulthard *et al.*, 2011). No equacionamento destes problemas, a consideração de aspectos de qualidade de vida vem se mostrando uma nova e promissora abordagem (Coulthard *et al.*, 2011; Britton e Coulthard, 2013; Weeratunge *et al.*, 2013; Nunan, 2014; Coulthard, 2015).

PALAVRAS CHAVE / Bem-estar / Indicadores / Pesca Artesanal /

Recebido: 09/06/2017. Aceito: 29/12/2017

Ingrid Cabral Machado. Graduada em Medicina Veterinária e Mestre em Ciência e Tecnologia do Pescado, Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Doutora em Ciências

em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Pesquisadora, Instituto de Pesca/SAA-SP, Brasil. Endereço: Avenida Bartolomeu de Gusmão, 192,

Ponta da Praia, CEP 11030-906, Santos-SP, Brasil. e-mail: imachado@pesca.sp.gov.br

Nátali Isabela Pierin Piccolo. Graduada em Zootecnia, Universidade Estadual Júlio Mes-

quita Filho, Brasil. Mestre em Aquicultura e Pesca, Instituto de Pesca/SAA-SP, Brasil.

LAS CONDICIONES PARA VIVIR Y LA CALIDAD DE VIDA DE PESCADORES DEL PEREQUÊ/GUARUJÁ, ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL: UN ABORDAJE CUALI-CUANTITATIVO

Ingrid Cabral Machado y Nátali Isabela Pierin Piccolo

RESUMEN

El empleo de aspectos de la calidad de vida en estudios sobre sostenibilidad pesquera revela un enfoque prometedor y el uso de indicadores posibilita el análisis integrado, logrando la inclusión de aspectos subjetivos. Los indicadores Índice de Calidad de Condiciones para Vivir (ICCV) e Índice de Calidad de Vida (ICV) proporcionan un adecuado análisis de la proximidad o distanciamiento entre la visión de técnicos y de los pescadores sobre su calidad de vida, y permiten la evaluación de políticas públicas. Estos indicadores, que han sido aplicados en agricultura y maricultura en las dimensiones ambiental, social y económica, se están probando en la pesca de pequeña escala, agregada la dimensión de la gobernanza. La calidad de vida en la comunidad pesquera de Perequê, en la costa central de São Paulo, Brasil, se estu-

dió por medio de los indicadores ICV e ICCV. Se utilizaron entrevistas estructuradas y abiertas, y la observación directa de la realidad de la pesca local. Las dimensiones ambiental y gobernanza recibieron las peores puntuaciones, tanto en la evaluación de los miembros de la comunidad, como del técnico. La dimensión económica estuvo bien puntuada por ambos, pero la dimensión social fue mejor puntuada por los pescadores, demostrando el valor de las conexiones sociales locales. El pequeño distanciamiento entre ICV y ICCV revela la proximidad entre las dos visiones acerca de lo prioritario en inversión de políticas públicas locales. Los resultados fueron comparados con otros índices de calidad de vida, el IDHm y el índice de GINI, revelando el buen desempeño del método utilizado.

QUALITY OF LIVING CONDITIONS AND QUALITY OF LIFE OF FISHERMEN FROM PEREQUÊ/GUARUJÁ, SÃO PAULO STATE, BRASIL: A QUALITATIVE-QUANTITATIVE APPROACH

Ingrid Cabral Machado and Nátali Isabela Pierin Piccolo

SUMMARY

The use of aspects of quality of life in the studies of fishing sustainability has shown to be a promising approach and the use of indicators permits an integrated analysis, allowing the inclusion of qualitative and subjective aspects. The indicators Quality of Conditions for Living Index (QCLI) and Life Quality Index (LQI) provide an appropriate analysis of the proximity or distance between the technical and the fishermen's views about their quality of life and allow the evaluation of public policies. These indicators, which have been applied in agriculture and mariculture, in environmental, social and economic dimensions, are being tested in small-scale fisheries, with the added governance dimension. The quality of life in the fishing community of Perequê, in the central coast of São Paulo, Bra-

zil, was studied through the LQI and QCLI indicators. Structured and open interviews were applied, as well direct observation of the local fisheries' reality. The environmental and governance dimensions received the worst scores, in both the assessments of community members and the technician. The economic dimension was well scored by both, but the social dimension was better scored by fishermen, demonstrating the value of local social connections. The small gap between LQI and QCLI reveals the closeness between the two views about the priorities in public policies investment in the community. The results were compared with other quality of life indices, IDHm and GINI index, revealing the good performance of the method used.

Estes trabalhos pressupõem que a sustentabilidade só é possível quando o sistema produtivo assegura aos seus usuários condições de vida dignas e o alcance da satisfação de suas necessidades materiais, relacionais e subjetivas; assim, o uso de indicadores objetivos a fim de avaliar as necessidades subjetivas, que podem ser traduzidos como a própria qualidade de vida, tem possibilitado análises integradas de dados permitindo a inclusão aspectos subjetivos.

Na visão de D'Agostini e Fantini (2008) existe um hiato entre a qualidade das condições para se viver, a qual

compreende o alcance de padrões mínimos de vida, e a qualidade de vida, que consiste na experiência de vivenciar tais condições, ou seja, a satisfação atingida ou não. A diferença entre estes fatores é frequentemente notória na distinção entre a visão dos técnicos que atuam junto aos setores produtivos e a visão dos próprios membros do setor. No sentido de proporcionar uma adequada análise da proximidade ou distanciamiento das duas visões e mais, permitir a avaliação do sucesso das políticas públicas em melhorara qualidade de vida do público-alvo de suas ações, estes pesquisadores de-

envolveramos índices IQCV (Índice de Qualidade das Condições para se Viver) e IQV (Índice de Qualidade de Vida). Estes índices, que vêm sendo utilizados principalmente na avaliação de sistemas produtivos agrícolas e na maricultura nas dimensões ambiental, social e econômica (Magro *et al.*, 2009; Saidy e D'Agostini, 2011; Duarte, 2012; Alves *et al.*, 2013), estão sendo testados, acrescidos da dimensão de governança, junto à pesca de pequena escala (Piccolo *et al.*, 2015).

O objetivo do presente trabalho é avaliar, por meio dos indicadores IQV e IQCV, as con-

dições e a qualidade de vida comunidade pesqueira de Perequê, no município de Guarujá-SP, e comparar a visão dos pescadores sobre a sua satisfação na vida (aspectos subjetivos) com a do representante do poder público junto à comunidade (aspectos objetivos), além de avaliar que dimensões são mais importantes na determinação do resultado, as quais devem ser prioridades na construção de políticas públicas.

Materiais e Métodos

A comunidade do Perequê (23°56'S-46°10'O) localiza-se no Município de Guarujá, per-

tendente à Região Metropolitana da Baixada Santista e à região central do litoral do Estado de São Paulo, Brasil. A praia do Perequê, de 2,4km de extensão, e a comunidade contígua de mesmo nome estão na porção leste da Ilha de Santo Amaro, a cerca de 10km do centro do município. O nome desta localidade, no idioma indígena tupi 'Pira-Ike', significa entrada de peixes para alimentação ou desova, fazendo alusão a um rio que deságua na praia, o Rio do Peixe. O Perequê é a maior comunidade pesqueira do Guarujá e é considerado um núcleo da cultura caiçara (cultura litorânea do sudeste do Brasil).

A atividade pesqueira no Guarujá concentra-se principalmente no arrasto do camarão-sete-barbas *Xiphopenaeus kroyeri*, existindo ~200 embarcações arrasteiras de pequeno porte (de até 9m, sem casario), que operam sem refrigeração, efetuando viagens diárias e arrastos de ~1h, segundo Graça-Lopes *et al.* (2002). De acordo com Souza *et al.* (2009a), a concentração de pescadores de camarão sete-barbas na região pode ser explicada observando-se os movimentos migratórios recorrentes, motivados principalmente pela facilidade de distribuição do produto para Santos e São Paulo, e pelo fluxo turístico no local.

Nesta pesquisa foram utilizadas entrevistas estruturadas, feitas na comunidade de Perequê, tendo como ponto de apoio a sede da Associação dos Pescadores do Perequê (ASPE). Foram entrevistados 18 pescadores da comunidade de Perequê, correspondentes a cerca de 15% do total de pescadores da localidade, sendo 17 do gênero masculino e apenas uma pescadora. Os pescadores abordados foram indicados pelos representantes da ASPE e orientados quanto aos objetivos do projeto, o caráter voluntário da participação e o compromisso de não identificação dos informantes. O técnico convidado a responder pela avaliação das

condições de vida dos pescadores do Perequê era funcionário da Prefeitura Municipal do Guarujá e responsável pela Secretaria Municipal de Pesca, Aquicultura e Meio Ambiente. Esta entrevista foi realizada no seu local de trabalho, na cidade de Guarujá. Os trabalhos de campo foram conduzidos entre 2014 e 2015.

Referencial teórico

A pesquisa utilizou o referencial metodológico proposto por D'Agostini e Fantini (2008). Foram definidos 54 aspectos ou variáveis entre as dimensões social, ambiental, econômica e governança (Tabela I), como

TABELA I
ASPECTOS AVALIADOS POR DIMENSÃO

Dimensão	Tema/Aspectos
Social	1. Saúde 1.1. Acesso ao atendimento de saúde; 1.2. Exposição às drogas e ao consumo de bebidas alcoólicas; 1.3. Penosidade do trabalho;
	2. Educação 2.1. Acesso à educação formal; 2.2. Acesso à capacitação profissional para a atividade pesqueira.
	3. Infraestrutura 3.1. Condições de Moradia; 3.2. Infraestrutura comunitária; 3.3. Segurança, medo da violência.
	4. Cultura e sociabilidade 4.1. Conexões sociais, lazer/uso do tempo; 4.2. Prática religiosa; 4.3. Identificação com o estilo de vida da; profissão; 4.4. Relações de gênero; 4.5. Liberdade
Ambiental	1. Degradação dos recursos naturais 1.1. Poluição; 1.2. Produção pesqueira/produktividade pesqueira e diversidade de espécies pesqueiras; 1.3. Sistemas de produção predatórios, práticas pesqueiras proibidas; 1.4. Rejeito de pesca; 1.5. Captura incidental de espécies não pesqueiras; 1.6. Destinação de resíduos de pescado; 1.7. Destinação de resíduos de material de pesca; 1.8. Diversidade biológica
	2. Más condições de saneamento básico 2.1. Condições sanitárias do local onde vive
Econômica	1. Renda insuficiente 1.1. Rendimentos, poder de compra e geração de riqueza; 1.2. Alternativas de renda.
	2. Cadeia produtiva ineficiente 2.1. Acesso aos insumos; 2.2. Autonomia na comercialização; 2.3. Logística; 2.4. Agregação de valor.
	3. Crédito e Benefícios inacessíveis 3.1. Acesso ao crédito; 3.2. Acesso a programas sociais de renda mínima ou outros; 3.3. Acesso ao seguro-defeso.
Governança	1. Inserção da atividade na sociedade 1.1. Percepção da sociedade sobre a pesca e sobre o pescador; 1.2. Expectativa quanto ao futuro da atividade.
	2. Representação Política/Institucional 2.1. Participação em entidades de classe; 2.2. Conhecimento e participação nas instâncias de Gestão pesqueira
	3. Uso do espaço e conflitos 3.1. Territórios de pesca X Unidades de Conservação; 3.2. Conflitos pelo uso do território pesqueiro; 3.3. Instituições locais; 3.4. Legislação pesqueira; 3.5. Fiscalização pesqueira
	4. suporte técnico-científico 4.1. Existência de serviços de extensão e/ou pesquisa pesqueira
	5. Falhas na informação/comunicação 5.1. Informação/comunicação

proposto no documento Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2015). Os aspectos foram apresentados aos pescadores e ao técnico na forma de perguntas, cujas respostas qualitativas eram anotadas e pontuadas pelo entrevistador no intervalo de 1 a 10. Aos pescadores, as perguntas eram direcionadas à satisfação ou insatisfação de suas necessidades nos vários aspectos das dimensões e ao técnico, ao invés da satisfação, eram qualificadas as condições de vida na comunidade. A partir da pontuação atribuída, calculava-se a distância entre o valor pontuado e a situação desejável (nota 10), o que representa o lapso existente entre a realidade e a satisfação, a partir da percepção do entrevistado. Foram calculados os indicadores parciais, relativos às dimensões, sendo para os pescadores: Indicador de Satisfação Social (ISS), Indicador de Satisfação Econômica (ISE), Indicador de Satisfação Ambiental (ISA) e Indicador de Satisfação Institucional/Governança (ISG), consolidados posteriormente no Índice de Qualidade de Vida (IQV). A entrevista com o técnico da Prefeitura Municipal do Guarujá, gerou os indicadores parciais: Indicador da Qualidade das Condições Sociais (ICS), Indicador da Qualidade das Condições Econômicas (ICE), Indicador da Qualidade das Condições Ambientais (ICA) e Indicador da Qualidade das Condições de Governança (ICG), os quais foram consolidados no Índice de Qualidade das Condições para se Viver (IQCV). Os

indicadores parciais e finais foram calculados com base nas fórmulas de D'Agostini e Fantini (2008):

$$IC_i, IS_i = 1 - \left(\sqrt[n]{\sum_{i=1}^n (d_i)^r \cdot W_i} \right)^{1-n/N}$$

onde a quantidade de aspectos com grandes desvios em relação às condições ideais (n) era dada pelos distanciamentos $\geq 0,7$ em cada dimensão, ou seja, pelos aspectos pontuados com valor < 3 . Não foi adotada diferença de importância (peso, w) entre os aspectos avaliados, assumindo-se que todos têm a mesma importância para a qualidade de vida; assim, considerou-se o r igual a 2.

$$IQV = ISS^{0,25} \times ISA^{0,25} \times ISE^{0,25} \times IGG^{0,25}$$

$$IQCV = ICS^{0,25} \times ICA^{0,25} \times ICE^{0,25} \times ICG^{0,25}$$

Os indicadores parciais foram discutidos desde o ponto de vista dos aspectos, particularmente nas dimensões onde maiores carências e problemas foram identificados. Os indicadores finais foram comparados entre si e aos índices de desenvolvimento humano municipal (IDHm) e de desigualdade social (Coeficiente de Gini).

Resultados e Discussão

Os entrevistados, caracterizados na Tabela II, eram em sua maioria, pessoas maduras, da faixa etária de 40 a 60 anos (11 pescadores), havendo seis pescadores de <40 anos e

apenas um de >60 anos de idade. A escolaridade entre os pescadores era baixa, sendo que a maioria não estudou além do ensino fundamental. Sobre a pescaria praticada, 13 pescadores relataram trabalhar no arrasto do camarão sete-barbas *Xiphopenaeus kroyeri*, demonstrando a grande dependência dessa comunidade da pescaria desta espécie. As pescarias alternativas (emalhe, espinhel e esporte/recreio) foram citadas como complementares ao arrasto, sendo que apenas um pescador declarou praticar exclusivamente a pesca de esporte/recreio. Do grupo de pescadores entrevistados foram identificados três provenientes do Estado de Santa Catarina, um do Ceará, um da Bahia e um do Rio Grande do Norte, mostrando que a pesca na localidade abriga uma rica mescla de migrantes. Esta característica ocorre, segundo Macedo-Lopes *et al.* (2009) e Souza *et al.* (2009a), pela facilidade de distribuição do pescado da localidade para centros urbanos como Santos e São Paulo, pela frequência de turistas à comunidade, pela infraestrutura regional para a pesca e pelo melhor preço do pescado em relação a outras regiões produtoras de camarão.

Milner-Gulland *et al.* (2014) e Woodhouse *et al.* (2015), em trabalhos voltados para o impacto de projetos conservacionistas sobre o bem-estar de comunidades, alertam que intervenções sempre impactam o bem-estar das pessoas e não considerar esse impacto pode comprometer os objetivos do projeto. Nesse sentido, avalia-

ções estritamente objetivas e baseadas em parâmetros econômicos são insuficientes, havendo necessidade de se considerar valores subjetivos, culturais e os sentimentos coletivos e individuais. Em concordância com esses autores, foi verificado neste trabalho que a qualidade de vida abrange mais que os parâmetros de acesso à renda e recursos materiais, envolvendo outros valores e recursos, individuais e coletivos, que afetam a vivência da comunidade.

Sobre o escopo das avaliações de qualidade de vida, o grupo WeD (*Wellbeing in Developing Countries*) desenvolveu um protocolo de avaliação que está sendo aplicado à atividade pesqueira (White, 2010; Britton e Coulthard, 2013; Coulthard, 2015) e que abrange as dimensões material (recursos tangíveis e objetivamente mensuráveis), subjetiva (normas, pensamentos e sentimentos acessados de forma qualitativa) e relacional (relacionamentos sociais, formais ou informais que viabilizam ou constroem o bem-estar e a qualidade de vida). No contexto do projeto *Voices of the Poor, do Millennium Ecosystem Assessment* (www.millenniumassessment.org), a avaliação de bem-estar é feita com base em critérios materiais, saúde, relações sociais, segurança e liberdade de escolha e ação. Observando essas referências, podemos considerar que os aspectos abordados na aplicação do método do IQV e IQCV utilizado no presente trabalho abrangeram de maneira satisfatória as dimensões e aspectos

TABELA II
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E PRODUTIVAS DOS PESCADORES ENTREVISTADOS

Faixa etária	20 30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	>60 anos
	1	5	4	7	1
Tempo na pesca	≤10 anos	11- 20 anos	21-40 anos	>40 anos	
	4	5	6	3	
Anos de estudo	Não estudou	Até 4 anos de estudo	De 5 a 8 anos de estudo	11 anos de estudo	Ensino superior
	2	3	10	3	0
Tipo de pescaria que pratica	Arrasto de camarão sete-barbas	Emalhe	Espinhel	Esporte e recreio	Trabalho em peixaria
	16	1	1	2	1

que vêm sendo propostos nos protocolos de avaliação de qualidade de vida.

A Figura 1 ilustra os valores dos indicadores parciais de qualidade de vida: ISS, ISA, ISE e ISG, oriundos da percepção dos pescadores sobre os aspectos de cada dimensão e dos indicadores parciais da qualidade das condições para se viver: ICS, ICA, ICE e ICG, oriundos da percepção do técnico entrevistado. As dimensões: ambiental e governança foram as que receberam as piores avaliações, tanto dos pescadores quanto do técnico da prefeitura, resultando nos menores indicadores parciais de qualidade de vida e de condições para se viver. A dimensão econômica foi a mais bem avaliada pelas duas visões, sendo a única na qual o indicador parcial foi maior na visão do técnico do que na visão dos pescadores. A dimensão social foi a dimensão em que as duas visões mais se distanciaram. De uma maneira geral, com exceção da dimensão econômica, a avaliação dos pescadores foi mais positiva do que a avaliação do técnico. Os técnicos e os usuários dos recursos não precisam apresentar as mesmas opiniões sobre os aspectos, no entanto, os promotores de mudança e suas instituições precisam, a fim de ter coerência nas suas ações, reconhecer no outro a condição de semelhante e, no entanto, subjetivamente diferente na avaliação da distinção de significados em um sistema de interesses (D'Agostini e Fantini, 2008; Saily e D'Agostini, 2011).

Na visão dos pescadores, o aspecto 'poluição' foi o que mais influenciou negativamente a dimensão ambiental. Para o técnico da prefeitura foram a 'destinação de resíduos de pescado' e 'as condições sanitárias do local onde se vive'.

A má avaliação obtida na dimensão ambiental, tanto pelos pescadores quanto pelo técnico da prefeitura entrevistado, reflete a preocupação com os impactos recorrentes à qualidade ambiental em toda a região. A preocupação dos pescadores do Perequê com a poluição, a qual reflete na redução da produtividade pesqueira, e a sua associação à dragagem de aprofundamento e manutenção do canal do Porto de Santos também foi verificada por Fagundes *et al.* (2013) quando entrevistaram 670 pescadores atuantes na área possivelmente impactada pela dragagem do canal do porto de Santos, o que torna este tema uma séria demanda de atenção do poder público em nível regional e nacional.

A questão da qualidade sanitária na comunidade, particularmente relacionada ao lance de esgoto doméstico e também ao descarte de resíduos de pescado no Rio do Peixe revelou-se um assunto muito importante para a qualidade de vida no local, sendo associado tanto às atitudes dos próprios membros da comunidade, quanto à interferência do Condomínio Acapulco, um loteamento residencial turístico contíguo ao Perequê, cuja administração

teria a prática de despejar esgoto sem tratamento no Rio do Peixe durante os meses de afluxo de turistas. Esta suposição, reforçada em uma reunião promovida para a devolutiva dos resultados da presente pesquisa, realizada em novembro de 2015, motivou a propositura e execução de uma ação conjunta para a limpeza do rio, tipo de ação oriunda da construção de um acordo entre as partes e apoiada pelo poder público, que é bastante benéfica para o aprendizado coletivo e autoestima da comunidade, no sentido de conferir crédito à sua capacidade de modificar a realidade.

Pressupõem Woodhouse *et al.* (2015) que o bem-estar depende das instituições humanas e que estas afetam as possibilidades de sucesso de projetos e a sustentabilidade. Isso enfatiza a dimensão relacional do bem-estar, defendido pelo grupo WeD, bem como a ligação entre bem-estar individual e coletivo. Neste trabalho, a dimensão governança aparece entre as duas piores avaliações de satisfação, segundo a visão dos pescadores do Perequê, havendo vários aspectos nos quais a pouca credibilidade das instituições gestoras da pesca ficou patente. Nesta dimensão, os pescadores consideraram o aspecto 'expectativa quanto ao futuro da atividade' como o que mais comprometeu a avaliação. Para o técnico da prefeitura, a 'deficitária presença de instituições locais' e as 'inadequações da legislação pesqueira' foram os mais determinantes na má avaliação.

A preocupação com o futuro da atividade pesqueira é uma questão mundial, no contexto da crise em que a atividade se encontra e da preocupação com a sua sustentabilidade socioecológica, expressa no Código da Pesca Responsável da FAO (1995). No Brasil, a política de gestão da pesca historicamente privilegiou o desenvolvimento do setor industrial. Segundo Dias-Neto (2003), as comunidades pesqueiras artesanais no Brasil se desenvolveram em um contexto histórico de deficiência e instabilidade de

representação nas políticas públicas.

Em nível regional e local, o cenário é afetado também pelas dificuldades de integração dos pescadores com instâncias de gestão pesqueira, sendo evidente o baixo interesse e a pouca fê na voz que tais instâncias venham proporcionar ao pescador e nas perspectivas de solução dos problemas. Associado diretamente a este fator, identificou-se a precária participação nas entidades representativas. Especificamente sobre a pesca no Perequê, Graça-Lopes e Silva (2010) atribuem a falta de resposta às inúmeras dificuldades enfrentadas pela pesca à fragmentação das ações do poder público, à ausência de uma política pública voltada para o setor e à visão quase que exclusiva das funções do estado como agente fiscalizador e punidor, destacando a necessidade do extensionista pesqueiro como interlocutor e tradutor dos acordos necessários.

Na pesca são frequentemente relatadas a resolução de conflitos e a identificação da territorialidade de maneira informal, onde os limites geográficos são flexíveis e as decisões são tomadas em escala individual, familiar ou comunitária, na ausência de instituições formais (Begossi, 2001, 2004; Moura, 2012). Thé e Nordi (2006) e Machado *et al.* (2011) discorrem sobre as instituições locais como sendo o conjunto de regras estabelecidas por comunidades no uso de recursos naturais. Tais regras, usualmente informais e ágrafas, representam o saber local aplicado ao manejo, proporcionando maiores garantias de adesão do que a legislação formal, uma vez que são baseadas no aprender-fazendo (Moller *et al.*, 2004). Um aspecto da governança que chama a atenção na comunidade do Perequê é a ausência de instituições informais que orientem o comportamento dos pescadores, o que pode contribuir para a perda de resiliência deste sistema socioecológico pesqueiro.

Por outro lado, Macedo-Lopes *et al.* (2009) associam a

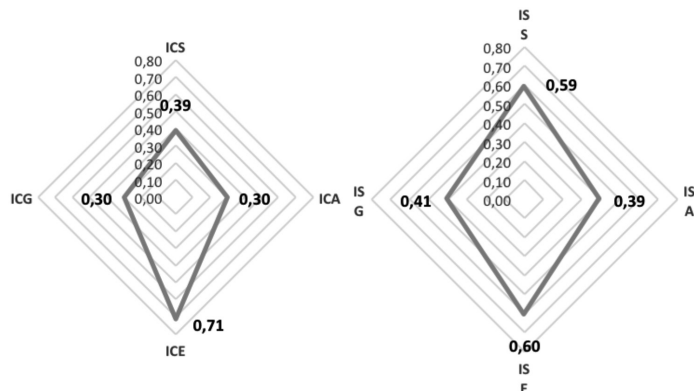


Figura 1. Valores dos indicadores parciais de qualidade de vida e das condições para se viver na localidade de Perequê, Guarujá

impossibilidade do uso de estratégias locais e práticas de manejo tradicionais na gestão da pesca no Perequê a uma “fraca coesão comunitária”, causada pelo intenso afluxo de migrantes com hábitos distintos. Lopes *et al.* (2009) identificaram a razão desse fenômeno na questão da pesca do camarão ser uma atividade atramente economicamente. Porém, os mesmos autores salientaram que a falha na adoção de métodos alternativos de gestão pode levar ao colapso desta comunidade, onde esta insatisfação já pode ser reconhecida nos indivíduos da comunidade mas ainda não de forma clara em discussões coletivas. Na revisão de Weeratunge *et al.* (2014) o reconhecimento comunitário do território pesqueiro e o poder sobre a gestão do recurso e acesso dos usuários constituem direitos básicos e essenciais atividade pesqueira para manutenção do bem-estar.

Os pescadores mostraram-se divididos em suas opiniões sobre a legislação pesqueira; havendo tanto impressões positivas quanto negativas e também alegações de desconhecimento das normas. Reportam Souza *et al.* (2009a), sobre as leis pesqueiras incidentes sobre o Perequê, que estas nunca foram instituídas com uma real participação dos pescadores; ao contrário, sempre foram elaboradas por técnicos e pesquisadores, o que tende a comprometer sua eficácia. Britton e Coulthard (2013) observaram em comunidades pesqueiras do Norte da Irlanda, elevada influência do Estado na atividade pesqueira e discorreram sobre o quanto é frustrante o processo *top-down* a que os pescadores estão submetidos.

Sobre a dimensão econômica, o aspecto que pesou mais positivamente na avaliação dos pescadores foi o ‘acesso ao seguro-defeso’ (auxílio financeiro pago aos pescadores na época de proibição da captura em função do período reprodutivo da espécie-alvo); enquanto que na visão do técnico da prefeitura os aspectos mais positivos foram o ‘acesso ao crédito’ e ‘acesso ao seguro-defeso’.

Verifica-se que ambos os aspectos econômicos mais valorizados na avaliação remetem às políticas públicas de apoio ao setor pesqueiro, demonstrando como os pequenos pescadores ainda são dependentes do amparo financeiro proveniente dos órgãos do governo.

Souza *et al.* (2009b) afirmam que o seguro-defeso é essencial para a sobrevivência do pescador, destacando, porém, inúmeros problemas verificados na comunidade de Perequê, como atrasos, valores e o falho sistema de distribuição do benefício. Mendonça e Lucena (2013), em uma análise da política pública em nível nacional, descrevem vários problemas adicionais, destacando as fraudes; ainda assim, reconhecem a importância do recurso para a pesca artesanal, alertando que o sistema deveria ser reformulado.

Tanto para os pescadores quanto para o técnico entrevistado, o aspecto ‘identificação com o estilo de vida da profissão’ é o que mais fortalece o capital social da pesca na localidade.

A pesca artesanal, mais que uma atividade produtiva, é um modo de vida diferenciado. Os pescadores descrevem o estilo de vida na pesca como o trabalho autônomo em contato com a natureza, em liberdade e sem padrão, que proporciona uma satisfação não vivenciada em empregos formais. Entretanto, as transformações atuais, com a desvalorização do pescador artesanal e perda paulatina da perspectiva de continuidade, afetam a qualidade de vida e podem deturpar o estado de satisfação, havendo perda da identidade social que é valorizada nesse aspecto. Paiola e Tomanik (2002) encontraram a mesma identificação com o estilo de vida na pesca em um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal no Estado do Paraná e destacaram as pressões que ameaçam este sistema, especialmente as de cunho ambiental.

Para D’Agostini e Fantini (2008) e Alves *et al.* (2013), a qualidade de vida depende não somente de viver sob boas

condições, mas também de que as dimensões estejam em equivalência pois enquanto houver aspectos que dificultem atingir bons estados de satisfação, os demais que eventualmente sejam bem avaliados não poderão ser plenamente usufruídos, uma vez que a manifestação desta boa qualidade é impactada pelo que está ruim. No caso da pesca na comunidade de Perequê verifica-se que as dimensões governança e ambiental são as que tendem a desestruturar o equilíbrio das condições e qualidade de vida na pesca do local, devendo ser objeto de especial atenção na construção das políticas públicas para a comunidade.

A Figura 2 ilustra os valores dos indicadores finais IQV e IQCV, mostrando que a proximidade das visões dos pescadores e do técnico, o que denota um quase sempre adequado entendimento por parte do poder público da realidade da comunidade, sendo que a visão do técnico tendeu a ser um pouco mais pessimista do que a dos pescadores. Estes resultados são contrários aos encontrados por D’Agostini e Fantini (2008) e Saïdy e D’Agostini (2011), que registraram maiores valores de IQCV do que de IQV, sugerindo que as condições para se viver propostas pelos técnicos não foram diretamente traduzidas como melhoria da qualidade de vida dos usuários dos recursos avaliados.

A Figura 2 compara, além disso, os indicadores IQV e IQCV aos índices de Gini e ao IDHM do município de Guarujá. O Índice de Gini,

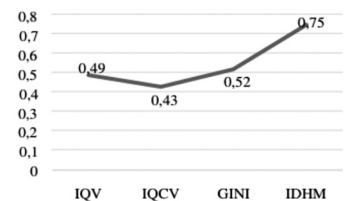


Figura 2. Valores dos indicadores finais de qualidade de vida (IQV) e das condições para se viver (IQCV) de 2015 na localidade de Perequê e dos indicadores Índice de GINI e IDHM (2010) para o município de Guarujá.

obtido na base de dados do Governo Federal (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>), mede a desigualdade na renda domiciliar per capita média, ou seja, a diferença entre a maior e o menor nível de renda da localidade estudada. O índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade de renda, ou seja, melhor a distribuição de renda e quanto mais próximo do 1, maior a concentração de renda. O Índice de Gini, apesar de bastante limitado, por abordar unicamente o aspecto da renda, esteve bastante próximo do IQCV e do IQV. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) foi obtido a partir da base de dados da Fundação SEADE (www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil) é calculado com base nos indicadores de renda, saúde (longevidade) e educação do município. Esse índice também varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do valor máximo, melhor é o desenvolvimento humano na localidade. O IDHM do Guarujá em 2010 foi de 0,75 (classificação alta), apresentando um valor bem acima do que o IQV e IQCV calculados para os pescadores do Perequê, revelando uma inadequação do IDHM como expressão das condições de vida na localidade, e ressaltando o IQV como índice mais adequado e detalhado na avaliação nos domínios que se estabelecem a vida dos profissionais pescadores desta comunidade.

Conclusões

A proximidade dos olhares sobre a satisfação e sobre as condições de vida que compõem o bem-estar individual e comunitário no Perequê, pode configurar em uma oportunidade para que haja uma produtiva integração de capacidades, resultando no aprendizado coletivo com a construção de ações voltadas para o bem comum. Entretanto, a fragilidade das relações estabelecidas com as instâncias gestoras, a inexistência de acordos locais para controle da atividade pesqueira

e o pequeno envolvimento dos usuários dos recursos pesqueiros nos processos de gestão podem minar esta possibilidade, sendo patente a necessidade do avanço para uma relação mais participativa e um efetivo compartilhamento de experiências e responsabilidades.

Os problemas locais relacionados à dimensão ambiental e mesmo os que fazem parte de um universo mais amplo de pressões e impactos, no nível regional, também poderiam se beneficiar desse avanço, possibilitando a construção de ações semelhantes ao mutirão para a limpeza do rio, que integrou pescadores, poder público municipal e o empreendimento particular, gerando benefícios coletivos, empoderamento e aprendizado.

O modo pelo qual as instituições operam e os atores se relacionam no cenário social e o modo no qual a governança funciona no território é fundamental para a saúde das atividades produtivas e para os grupos sociais, impactando o bem-estar coletivo e individual. Neste sentido, tais temas deveriam ser prioritários nas políticas públicas voltadas para a pesca de pequena escala na região.

O método utilizado no trabalho abrangeu de maneira satisfatória as dimensões e aspectos que vêm sendo propostos nos protocolos de avaliação de qualidade de vida, mostrando-se adequado para a avaliação da qualidade de vida na pesca de pequena escala, bem como no auxílio para a definição de prioridades nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Alves JM, Souza FNS, D'Agostini LR (2013) *Qualidade do Viver e do Fazer: Ambiente e Desenvolvimento Ambiental*. Garamond. Rio de Janeiro, Brasil. 91 pp.
- Begossi A (2001) Mapping spots: Fishing areas and territories in the Atlantic Forest Coast, Brazil. *Reg. Environ. Changes* 2: 1-12.
- Begossi A (2004) *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. Hucitec, Nepam/Unicamp, Nupaub/USP, Fapesp. Campinas, Brasil. 332 pp.
- Béné C, Hersoug B, Allison EH (2010). Not by rent alone: analysing the pro-poor functions of small-scale fisheries in developing countries. *Dev. Policy Rev.* 28: 325-358.
- Berkes F, Colding J, Folke C (2000) Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecol. Applic.* 10: 1251-1262.
- Britton E, Coulthard S (2013) Assessing the social wellbeing of Northern Ireland's fishing society using a three-dimensional approach. *Mar. Policy* 37: 28-36.
- Coulthard S, Johnson D, McGregor A (2011) Poverty, sustainability and human wellbeing: A social wellbeing approach to the global fisheries crisis. *Global Environ. Change* 2: 453-463.
- Coulthard S (2015) *Exploring Well-being in Fishing Communities (South Asia), Methods Handbook*. www.researchgate.net/publication/283046223 (Cons. 11/11/2015).
- D'Agostini LR, Fantini AC (2008) Quality of Life and Quality of Living Conditions in Rural Areas: Distinctively perceived and quantitatively distinguished. *Soc. Indic. Res.* 89: 487-499.
- Dias-Neto J (2003) *Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil*. IBAMA. Brasília, Brasil.
- Duarte AS (2012) *Qualidade de vida: percepção e satisfação em viver as condições disponíveis*. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em repositório.ufsc.br (Cons. 10/06/2014).
- Fagundes L, Machado IC, Bastos GCC, Mucinhato CMD, Tutui SLS, Souza MR, Tomás ARG (2013) Aspectos socioeconômicos e produtivos dos pescadores da Baixada Santista que atuam nas áreas possivelmente impactadas pela dragagem de aprofundamento do canal do Porto de Santos-SP e na área de deposição de material dragado. *Série Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca* 52: 1-29.
- FAO (1995) *Código da Pesca Responsável*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Roma, Italia. 41 pp.
- Graça-Lopes R, Puzzi A, Severino-Rodrigues E, Bartolotto AS, Guerra DSF, Figueiredo KTB (2002) Comparação entre a produção de camarão-sete-barbas e de fauna acompanhante pela frota-de-pequeno-porte sediada na praia de Perequê, Estado de São Paulo, Brasil. *B. Inst. Pesca* 28: 189-194.
- Graça-Lopes R, Silva NJ (2010) A extensão Pesqueira no Estado de São Paulo: um instrumento para a gestão da pesca paulista de pequena escala. *Série Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca* 43: 1-17.
- IBGE (2015) *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, Brasil. <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294254> (Cons. 22/19/2016).
- Lopes P, Francisco A, Begossi A (2009) Artisanal commercial fisheries at the southern coast of São Paulo state, Brazil: ecological, social, and economic structures. *Interciencia* 34: 536-542.
- Macedo-Lopes PF, Francisco A, Begossi A (2009) Artisanal commercial fisheries at the southern coast of São Paulo State, Brazil: ecological, social and economic structures *Interciencia* 34: 536-542.
- Machado IC, Nordi N, Henriques MB, Cardoso TA, Pereira OM (2011) A integração da pesquisa ao conhecimento ecológico local no subsídio ao manejo: variações no estoque natural da ostra de manguê *Crassostrea* spp. na Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP, Brasil. *Amb. Soc.* 14: 1-22.
- Magro PC, Alves JM, Souza FNS, D'Agostini LR, Lima JKM (2009) Indicadores de sustentabilidade como instrumento de avaliação da qualidade de vida e das condições para viver do reassentamento Mariana. *Rev. Bras. Agroecol.* 4: 4437-4440.
- Mendonça JT, Lucena ACP (2013) Avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores profissionais no Brasil. *Série Relatórios Técnicos do Instituto de Pesca* 50: 1-22.
- Milner-Gulland JE, McGregor JA, Agarwala M, Atkinson G, Bevan P, Clements T, Daw T, Homewood K, Kumpel N, Lewis J, Mourato S, Palmer Fry B, Redshaw M, Rowcliffe JM, Suon S, Wallace G, Washington H, Wilkie D (2014) Accounting for the impact of conservation on human well-being. *Conserv. Biol.* 28: 1160-1166.
- Moller H, Berkes F, Lyver PO, Kislalioglu M (2004) Combining science and traditional ecological knowledge: monitoring populations for co-management. *Ecol. Soc.* 9(3): 2. www.ecologyandsociety.org/vol9/iss3/art2
- Moura GM (2012) *Águas da Coréia: Uma Viagem ao Centro do Mundo em uma Perspectiva Etno-oceanográfica*. Nupeca. Recife, Brasil. 285 pp.
- MPA (2012) *Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira*. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasil. 44 pp.
- Nunan F (2014) Wealth and welfare? Can fisheries management succeed in achieving multiple objectives? A case study of Lake Victoria, East Africa. *Fish Fisheries* 15: 134-150.
- Paiola LM, Tomanik EA (2002) Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do Rio Paraná. *Acta Sci.* 24: 175-180.
- Piccolo NIP, Machado IC, Mendonça JT, Henriques MB (2015) A qualidade de vida na pesca artesanal: o uso de indicadores como instrumento de avaliação. Anais do 4º Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa. Aracaju, Brasil. pp. 132-135.
- Saidy L, D'Agostini LR (2011) Qualidade de vida e condições para se viver dos maricultores: um estudo exploratório no Ribeirão da Ilha, Florianópolis - SC. *Rev. Estud. Soc.* 13(25), 138-157.
- Silvano RAM, Begossi A (2012) Fishermen's local ecological knowledge on Southeastern Brazilian coastal fishes: contributions to research, conservation, and management. *Neotrop. Ichthyol.* 10: 133-147.
- Souza KM, Arfelli CA, Graça-Lopes R (2009a) Perfil socioeconômico dos pescadores de camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) da praia do Perequê, Guarujá (SP). *Bol. Inst. Pesca* 35: 647-655.
- Souza KM, Silva NJR, Graça-Lopes R, Arfelli CA (2009b) Análise da política pública do defeso do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) na comunidade pesqueira do Perequê (Guarujá, São Paulo, Brasil). *Leopoldianum* 97: 61-71.
- Thé APG, Nordi N (2006) Common property resource system in a fishery of São Francisco River, Minas Gerais, Brazil. *Human Ecol. Rev.* 3: 1-10.
- Weeratunge N, Bené C, Siriwardane R, Charles A, Johnson D, Allison EH, Nayak PK, Badjeck MC (2014) Small-scale fisheries through the wellbeing lens. *Fish Fisheries* 15: 255-279.
- White SC (2010) Analysing wellbeing: a framework for development practice. *Devel. Pract.* 20: 158-172.
- Woodhouse E, Homewood KM, Beauchamp E, Clements T, McCabe JT, Wilkie D, Milner-Gulland EJ (2015) Guiding principles for evaluating the impacts of conservation interventions on human well-being. *Phil. Trans. R. Soc. B.* 370. <http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2015.0103>.